

# Posição afirmativa quanto às negociações externas

Em vez de ler um pronunciamento diante das câmaras de televisão, como preferiam fazer os seus antecessores quando julgavam conveniente transmitir uma mensagem à Nação, o presidente José Sarney optou por dar uma entrevista coletiva à imprensa, bem no estilo das que concedeu Tancredo Neves quando presidente eleito. Seja qual for a maneira utilizada, os pronunciamentos presidenciais têm sempre repercussão, mas são facilmente perceptíveis as vantagens da entrevista sob o ponto de vista da credibilidade. Pelas suas posições afirmativas, mostrando que efetivamente assumiu a chefia do governo, denotando firmeza mas não arrogância, o presidente José Sarney saiu-se muito bem em seu primeiro encontro amplo com os veículos nacionais de comunicação.

A entrevista poderia ter sido mais dinâmica, mas deve-se reconhecer que todas as questões importantes em debate no País foram discutidas, como a situação econômica herdada do governo anterior, a renegociação da dívida externa, as altas taxas de ju-

ros, a reforma agrária, o reajuste das prestações do BNH, o pacto político, as discordâncias entre integrantes do primeiro escalão, a desagregação partidária e o nepotismo de políticos e de altos funcionários. Cada um desses temas, sobre os quais o presidente não se furtou a responder, mereceria um comentário à parte.

Por ora, devemos-nos cingir à análise de uma questão fundamental para o desenvolvimento presente e futuro do País: a renegociação da dívida externa. Nos últimos anos, o governo, ao tratar da questão da dívida, valia-se de duas linguagens para diferentes públicos. Em discursos nos foros internacionais, o próprio presidente ou representantes categorizados do governo empregavam uma retórica de franca defesa dos interesses dos países em desenvolvimento, protestando contra os níveis elevados de juros, a deterioração dos termos de troca, em detrimento dos países menos desenvolvidos, o protecionismo e um conjunto de fatores que poderiam colocar em risco a ordem econômica internacional.

De outra parte, falando ao próprio povo brasileiro, os responsáveis pela condução dos destinos da Nação preferiam utilizar uma linguagem excessivamente técnica, objetivando demonstrar que, por mais duras que fossem as restrições externas, o País estava encontrando meios para superar as dificuldades que se lhe antepunham.

O presidente Sarney não se escudou no jargão técnico ou em estatísticas ao focalizar o problema, explicitando uma nova posição do governo brasileiro, claramente dada a conhecer à população. "Nós não podemos aceitar", disse o presidente, "nenhum acordo que implique compromisso do Brasil no sentido de mergulhar na recessão, e através da recessão mergulhar no desemprego, e através do desemprego mergulhar na fome, e através da fome mergulhar na convulsão social". E não há dúvida de que esta será a linguagem que o governo empregará junto às instituições internacionais, aos credores e aos governos de seus países. O presidente chegou mesmo a sugerir a direção

que esses entendimentos poderão tomar na área internacional ao assinalar que "o Brasil não é um risco econômico, mas pode ser um grande risco político".

Dentro dessa linha, é essencial que os credores ou os seus representantes compreendam a necessidade de que o próprio governo brasileiro trace os rumos da política econômica e gradue a intensidade das medidas de ajuste, balizado pelas condições político-sociais internas. E temos certeza de que muito melhor do que consultores externos, sem nenhuma intimidade com a realidade brasileira, o governo da Nova República poderá gerir, em um regime democrático, o caos econômico herdado das administrações anteriores.

Nem sempre essa política será do agrado de todos — e dela temos discordado em alguns pontos importantes, como a questão dos juros —, mas o Brasil tem hoje, como ficou claro na entrevista do presidente José Sarney, um governo austero, cômico de suas responsabilidades e merecedor de um crédito de confiança.